



## Dez estados não cumprem teto de gastos e podem ter de pagar R\$ 30 bilhões ao governo, diz Tesouro

*Secretário Mansueto Almeida não informou quais são os dez estados. Cumprimento do teto era condição para estados que aderiram ao plano de equilíbrio fiscal proposto pela União.*

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília  
27/09/2019 12h47 Atualizado há 33 minutos

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou nesta sexta-feira (27) que dez estados que aderiram ao **programa de renegociação de dívidas**, em 2016, não cumpriram com o teto de gastos estabelecido contratualmente e, por isso, podem ter de pagar R\$ 30 bilhões ao governo federal.

O Tesouro afirmou que os estados devem ser oficialmente notificados na semana que vem. Por isso, até lá o órgão não vai divulgar a lista dos dez.

Pelo processo de renegociação das dívidas estaduais assinado em 2016, um dos primeiros atos do governo do ex-presidente **Michel Temer**, os estados deixaram de pagar cerca de R\$ 50 bilhões ao governo nos últimos anos. O contrato assinado previa o alongamento do prazo das dívidas dos estados com a União por mais 20 anos e a suspensão do pagamento das parcelas mensais em 2016, com retorno gradual nos anos seguintes.

De acordo com o Ministério da Economia, todos os estados aderiram ao programa, exceto: Bahia, Distrito Federal, Roraima, Rondônia, Tocantins, Piauí, Maranhão e Amazonas.



O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, em imagem de junho, quando participou de audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara — Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

### **Tesouro quer que estados se enquadrem na LRF em 5 anos com Plano de Equilíbrio Fiscal**

Para poder contar com esses benefícios, os estados se comprometeram a aplicar, nos dois exercícios subsequentes à assinatura do termo aditivo, ou seja, em 2016 e 2017, um teto de gastos com base na variação da inflação. Essa regra, porém, não foi cumprida por esses 10 estados.

"Eles perdem todo benefício do alongamento e têm de pagar o extra de juros que deixaram de pagar nos últimos dois anos. É uma conta de mais de R\$ 30 bilhões", disse o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

Segundo ele, os estados serão notificados sobre o descumprimento e poderão recorrer administrativamente. Caso percam, ainda podem recorrer judicialmente.

"Como é um montante muito grande, e se o prazo de recorrer administrativamente se esgotasse, e tivesse de executar a penalidade, possivelmente isso seria judicializado", disse o secretário.

### ***Plano de equilíbrio fiscal***

Almeida lembrou que o Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), encaminhado em junho ao Congresso Nacional, prevê um prazo de dois anos para os estados se reenquadrarem no teto de gastos. Se aprovado, o plano prevê, ainda, um prazo de cinco anos para reenquadramento nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O texto está sendo analisado pela Câmara dos Deputados.

"É essencial que a gente ande com o PEF pois eles [estados] ganham dois anos a mais para cumprir [a regra do teto]. Se não cumprirem, têm encargos e honorários. E têm um prazo maior de cinco anos para se ajustarem [às regras da LRF]. Essas dificuldades também mostram a importância da reforma da previdência [para os estados]", concluiu Mansueto Almeida.

No Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, o governo propôs que estados com problemas de caixa, mas baixo nível de endividamento, possam voltar a ter aval do Tesouro Nacional para buscarem empréstimos em instituições financeiras.

Atualmente, o Tesouro só pode atuar como avalista de empréstimos para estados e municípios que possuem nota A ou B. No entanto, a maioria dos estados tem notas C ou D. É o próprio Tesouro que atribui as notas de endividamento aos entes federativos.

A proposta é de que os estados com nota C possam buscar empréstimos com aval do Tesouro, desde que apresentem um plano de equilíbrio para os próximos anos. Os estados que atualmente têm nota C e que poderiam buscar esse aval do Tesouro são: Bahia; Distrito Federal; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Pernambuco; Piauí; Rio Grande do Norte; Roraima; Santa Catarina; Sergipe e Tocantins.



Veículo: O Globo	Online
Data: 29/09/2019	Coluna: Economia



# Ineficiência de empresas agrava crise nos estados

*Solução para estatais, boa parte delas deficitárias, é fechá-las ou vendê-las ao setor privado*

O Brasil mal conhece o universo das empresas públicas que possui. Mas começa a desvendar. Sabe-se agora, por estudo recém-divulgado do Ministério da Economia, que hoje existem 258 delas sob controle dos 26 estados e do Distrito Federal. Ao lado dessa galáxia, orbita outra, com 134 federais. A constelação municipal permanece oculta, à margem das sondagens. Pela primeira vez, o Tesouro Nacional consolidou informações sobre as estatais estaduais. O diagnóstico apresenta resultados interessantes sobre como é gasto o dinheiro dos contribuintes. Principalmente, porque é baixo o nível de eficiência, e a ampla maioria dos governos estaduais se encontra em virtual falência. A maior concentração é na região Nordeste, com 91 empresas (35,27% do total). Na sequência, está o Sudeste, com 56 (21,71%); o Centro-Oeste, com 41 (15,89%); o Norte, com 36 (13,95%), e, por fim, o Sul com 34 (13,18%). Dono de 20 empresas, São Paulo lidera o ranking. É seguido por Minas (19) e Goiás (16).

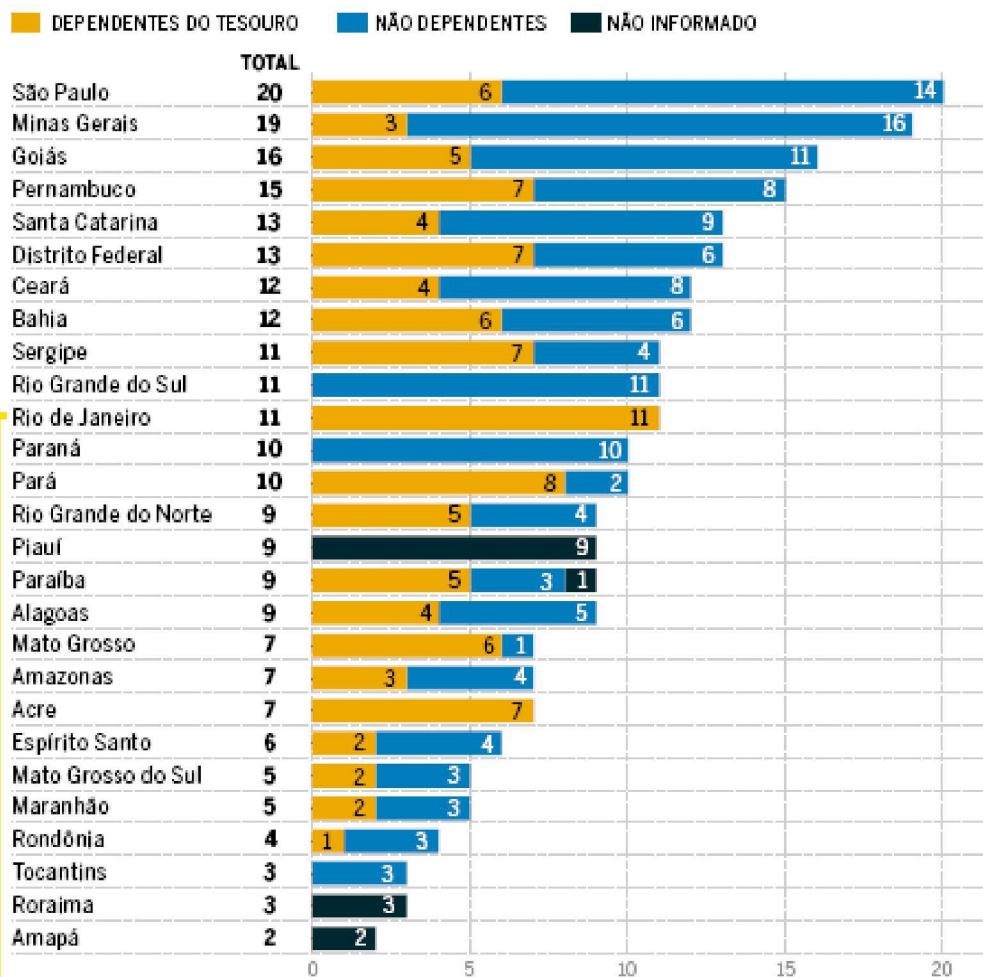
De cada dez dessas estatais, quatro dependem do Tesouro estadual para abrir as portas. Isso acontece com 106 das 258 empresas públicas mapeadas em todo o país.

O Estado do Rio se destaca pelo maior número (11) das que precisam de ajuda permanente para continuar subsistindo. Seguem-se Pará (8), Pernambuco e Sergipe (7). No ano passado, os estados e o Distrito Federal injetaram R\$ 16,1 bilhões para manter suas empresas funcionando, o equivalente a R\$ 44 milhões a cada 24 horas. Porém, o retorno desse investimento foi extremamente modesto. Os dividendos pagos aos estados-acionistas somaram R\$ 2,2 bilhões, o correspondente a R\$ 6 milhões diários. A Secretaria do Tesouro formulou um indicador para medir a eficiência do dinheiro aplicado nesse conjunto de pouco mais de duas centenas e meia de empresas.

Ao apurar a razão entre lucro ou prejuízo e patrimônio líquido, constatou que a melhor média (58%) alcançada no ano passado foi no segmento de gestão de ativos, seguindo-se as de fomento ao desenvolvimento (36%), distribuição de gás (23%), prestação de serviços (17%) e comunicações (15%). As mais lucrativas no ano passado foram as de saneamento (R\$ 4,9 bilhões de ganho total), energia (R\$ 1,9 bilhão), finanças (R\$ 1,5 bilhão) e fomento (R\$ 1,4 bilhão). Em contraste, o Tesouro verificou que, entre as sobreviventes na dependência dos cofres estaduais, 61% têm rentabilidade negativa. As estatais paulistas, que receberam repasses de R\$ 10 bilhões, foram responsáveis por 72% do resultado líquido negativo total. Nada menos que 76 empresas estaduais (29% do total) foram excluídas da base de cálculo de eficiência do capital. Isso porque sobre elas não há informação de lucro, prejuízo, ou ainda apresentam patrimônio líquido igual ou menor que zero. As empresas estudadas não foram identificadas individualmente. Porém, sabe-se que ao menos em três casos de estatais estaduais o valor do indicador de rentabilidade ficou abaixo de 200% negativos em relação ao patrimônio líquido. Esses níveis de ineficácia compõem um mosaico insólito, pois a ampla maioria dos estados enfrenta virtual falência. Indicam que a melhor saída é a privatização.

## A FEDERAÇÃO DE ESTATAIS

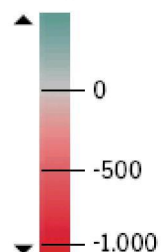
### Quantidade de empresas por estado



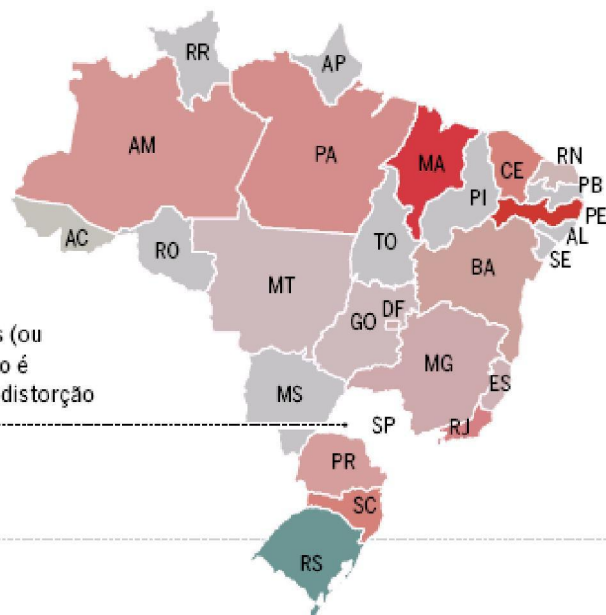


## Resultado líquido das empresas para o estado acionista

EM R\$ BILHÕES



O estado de São Paulo, que efetuou transferências líquidas para suas empresas no montante de R\$ 10 bilhões (ou 72% do total nacional), não é mostrado para evitar uma distorção na escala do gráfico.



## Ganhos e perdas

Empresas com prejuízo  
**43,4%**

Empresas com lucro  
**45,7%**

Sem informação  
**10,9%**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Editoria de Arte

# FOLHA DE S.PAULO



## O teto dos gastos e o ajuste fiscal

Somos uma sociedade em que o setor público arrecada menos do que gasta

**Samuel Pessoa**

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (IBGE) e sócio da consultoria Reizano. É doutor em economia pela USP

A ciência política não tem um bom diagnóstico, mas é fato que o sistema político brasileiro apresenta hipersensibilidade à lógica da ação coletiva. Isto é, grupos organizados conseguem com facilidade pressionar o Congresso a aprovar medidas que os beneficiam em detrimento do bem comum.

Adicionalmente, é natural em sociedades democráticas e muito desiguais que o eleitor escolha elevada carga tributária e muitos transferências. Fato que chamei no longínquo 2006 de contrato social da

redemocratização: a prioridade da sociedade é equidade e não crescimento econômico.

A associação de hipersensibilidade de nosso sistema político à lógica da ação coletiva com o contrato social da redemocratização produziu trajetória crescente da carga tributária e do gasto primário.

Para que a inflação não saísse do controle, o Banco Central foi obrigado a praticar juros reais elevados.

Desde 2015 estamos tentando reconstruir a estabilidade fiscal. Um item importante

foi a aprovação da emenda constitucional 95 que estabeleceu um teto ao crescimento do gasto primário da União.

O teto do gasto público representa multa que os políticos instituíram para facilitar a gestão do conflito distributivo, antes que este, mal gerido, nos jogue no abismo inflacionário.

Amuleta de flagra uma série de medidas corretivas quando o teto é ultrapassado e, quando ele não é ultrapassado, há forte compressão do gasto discricionário. A compressão do

gasto discricionário produz problemas em todos os setores, incentivando solução política para a fonte do problema: o crescimento contínuo do gasto obrigatório à taxa superior ao crescimento da economia. Ou seja, a restrição de recursos se impõe antes que a inflação apareça.

Estamos próximos de aprovar a reforma da Previdência no Senado Federal.

No entanto, o problema fiscal persiste. Continuamos a ser uma sociedade em que o setor público estruturalmente

arrecada menos do que gasta.

Penso que fica claro o acerto do governo Temer em priorizar a emenda constitucional. Após a aprovação da reforma da Previdência, ainda temos outras medidas para lidar com o desajuste do gasto obrigatório. Bom que tenhamos a emenda constitucional 95 para nos ajudar a buscar outras soluções.

Será necessário incluir os estados e municípios na nova Previdência, bem como avançarmos com medidas que deem aos governadores e prefeitos instrumentos de gestão para lidar com situação de desequilíbrio fiscal estrutural.

\*

Meus dois colegas de coluna — Laura Carvalho e Nelson Barbosa —, que ocupam este espaço às quintas e sextas-feiras, afirmaram que Marcos Lisboa errou quando escreveu

que o gasto público se acelerou.

Segundo os columnistas, aceleração é a segunda derivada da posição, isto é, a variação da velocidade. Como a taxa de crescimento do gasto público não cresceu nos últimos anos, Marcos teria errado.

Segundo o Houaiss, a palavra acelerado tem diversas acepções. Uma é a lembrada pelos meus colegas columnistas: variação da velocidade, como aprendemos no colégio nas aulas de dinâmica, quando estudamos o movimento uniformemente variado.

Outra acepção de acelerado é "que se movimenta em velocidade: ligeiro, veloz".

O emprego do termo está correto. A editoria da Folha de S. Paulo não terá que escrever um "erramos" para este caso.

E meus colegas economistas heterodoxos precisam consultar o dicionário antes de apontar erros em outros.

| DOM. Samuel Pessoa | **SEG. Marcia Dessen** | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão  
| QUA. Laura Carvalho | SEX. Nelson Barbosa, Pedro Luiz Passos | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zoidan

## Dobra o total de MEIs em atividades de alimentação

SÃO PAULO. O boom dos aplicativos de delivery também atraiu pequenos empreendedores que, muitas vezes, trabalham de casa.

Segundo dados da Receita disponibilizados ao Sebrae, há 1,2 milhão de MEIs (Microempreendedores Individuais) que trabalham nas principais atividades econômicas ligadas à alimentação, um salto de 98% em comparação a 2014.

Uma delas, o "fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para

consumo domiciliar", que concentra muitos dos MEIs voltados para delivery, cresceu 122% em cinco anos e reúne mais de 200 mil empreendedores.

A proliferação de MEIs que usam apps para entrega preocupa empresas do setor, porque, segundo fontes ouvidas pela Folha, há pouco controle sanitário sobre esses negócios.

A diretora executiva do Instituto de Foodservice Brasil, Ingrid Devisate, afirma que nos restaurantes com salão é possível entrar na cozinha e

ter uma noção das condições de higiene, o que não ocorre com o delivery. "Empresas bem estabelecidas são obrigadas a ter certificações de segurança alimentar. Já na casa da pessoa não sabemos se o produto tem boa procedência".

"Tememos que surjam empresas pouco confiáveis, como essas de fundo de quintal que fazem delivery", diz o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de São Paulo, Percival Maricato.

O supervisor de fiscalização

do Procon-SP, Bruno Stroebel, diz que o consumidor deve pesquisar sobre a empresa e avaliar o serviço nos apps. "Isso é importante para os outros usuários terem um parâmetro de qualidade. E, em caso de problema, aplicativos têm responsabilidade solidária".

O Uber Eats diz que restaurantes têm que seguir as exigências legais, fiscais e sanitárias, verificadas no cadastro. O iFood diz que o parceiro precisa comprovar regularidade. (JM e ME)

## PLANTA INDUSTRIAL NA ARGENTINA

Concurso de falências em 10/10/2019

Propriedade de 55 Ha com 53.000 mts2 construídos.

Habilitada para produção de peças fundidas da indústria automotiva (ex Metcon) com equipamento de moldagem KUNKEL WAGNER com caixa de 1x1 metro. 240 moldes/hora e equipamento DISAMATIC de 150 moldes/hora.

Localizada em Rodovia 21 km 245, Villa Constitución (Provincia de Santa Fé) limita com Acindar, Tenaris e é próxima do Rio Paraná. - BASE USD 4.000.000. - Informações e Caderno de Encargos: Juizado de 1.ª Inst.

Vara Cível Sala 1 Tribunal de Villa Constitución (Provincia de Santa Fé), Leiloeiro: **te: 00 54 9 341 690 0517**  
E mail: **martilleromero@gmail.com** e/ou Síndico: **te:**



## FOLHA DE S.PAULO



# Guedes perde exclusividade como conselheiro econômico de Bolsonaro

Em temas como a volta da CPMF, presidente busca opiniões de ministros de fora da Economia

Gustavo Uribe e Fábio Pupo

**BRASÍLIA** O presidente Jair Bolsonaro (PSL) havia sido convencido a enviar ao Congresso uma proposta de reforma tributária que incluiu a recriação de um tributo nos moldes da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

Apesar de ter prometido na campanha não criar novos impostos, ele mudou de posição após um esforço do ministro da Economia, Paulo Guedes.

A iniciativa, porém, encontrou um adversário de peso no Palácio do Planalto. Contrário à recriação da CPMF, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, aconselhou mais de uma vez Bolsonaro a abandonar a ideia, o que ocorreu entre eleitores do presidente e o levou a desistir.

Em um contrapeso ao protagonismo de Guedes, considerado um dos fiadores da eleição do presidente, Bolsonaro tem feito consultas sobre assuntos econômicos com um grupo que foi apelidado nos bastidores de triunvirato.

Antes chamado de "posto Ipiranga" por comandar o debate da agenda econômica, Guedes agora divide as atenções do mandatário do Palácio do Planalto com Onyx e os ministros Tarcísio Freitas (Infraestrutura) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional).

Eles são acionados quando o presidente tem dúvidas sobre que posição adotar, e o abastecem com opiniões algumas vezes diferentes das defendidas pelo ministro da Economia, como em assuntos nas áreas tributária e de privatizações.

No episódio da chamada nova CPMF — que levou à demissão do secretário da Receita, Marcos Cintra —, Bolsonaro recebeu o diagnóstico de seu grupo de conselheiros de que a proposta desgastava a imagem do governo.

Em meio à reação negativa, tanto dentro como fora do Planalto, Bolsonaro telefonou a Guedes para dizer que não aprovaria a medida e foi às redes sociais para dizer que ela ficaria de fora da reforma.

"A recriação da CPMF ou aumento da carga tributária estão fora da reforma tributária por determinação do presidente", escreveu há pouco mais de duas semanas em rede social, após a demissão de Cintra.

Essa foi a maior derrota até agora enfrentada por Guedes, que viu sua proposta ser desmontada. A nova CPMF renderia R\$ 150 bilhões ao ano, segundo a pasta, e serviria para desonerar outros impostos.

O ministro fez sua equipe retomar os cálculos para tentar redesenhar o modelo de reforma. Guedes voltou a defender o imposto em meio à

dificuldade de se obter uma alternativa, mas isso causou ainda mais irritação.

O "posto Ipiranga" também tem sofrido um revés no debate sobre a pauta de privatizações. Com uma agenda liberal, Guedes pretendia vender todas as estatais federais. Mas, desde a época da transição, o discurso nacionalista da cúpula militar tem triunfado.

Sob pressão do núcleo fardado, 12 empresas já foram colocadas na lista das que não serão vendidas (caso de Petróbras, Banco do Brasil e Caixa Econômica, por exemplo).

As opiniões divergentes das de Guedes são ouvidas pelo presidente em meio ao aumento de pressão sobre o ministro. O Utulur da Economia tem sido alvo de reclamações de colegas principalmente pela escassez de recursos.

Uma das reclamações veio do ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes. Ele afirmou que os valores liberados neste mês ficaram bem abaixo do que ele esperava.

"Vou conversar com o governo, com a Economia, e ver o que eles acham menos importante para o país. É basicamente quando você tem uma corrida, um carro de Fórmula 1. Você quer aumentar a velocidade do carro e corta o motor", afirmou.

A pressão por recursos gerou declarações descontradidas sobre mudanças no teto

de gastos, o que Guedes rejeita firmemente. Em meio à demanda por recursos, Bolsonaro afirmou que teria que cortar a luz de todos os quartéis do Brasil se nada fosse feito.

O porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, chegou a afirmar que Bolsonaro defendia uma mudança na lei. "Se isso não for feito, nos próximos anos a tendência é o governo ficar sem recursos para pagar despesas de manutenção da máquina pública", disse no começo do mês.

No dia seguinte, no entanto, Bolsonaro foi às redes sociais dizer que o teto tinha que ser mantido. O desencontro de afirmações é atribuído no governo a um erro de comunicação entre Ministério e Planalto e, na versão oficial, os dois estão alinhados sobre o tema.

Em meio à pressão, Guedes tem acelerado entrevistas a veículos de comunicação. Num delas, ao ser questionado sobre o ritmo de crescimento do país, chegou a se defender dizendo que sua equipe não reduziu as projeções de crescimento durante o ano — quando, na verdade, o fez.

A projeção oficial no começo do ano era estimada em 2,5% (calculada pelo governo anterior no Orçamento de 2019). Em março, a equipe de Guedes reviu o número para 2,2%. Em maio, para 1,6%. Em julho, para 0,8%. Os números estavam em linha com as espec-

tativas do mercado, que também cortou as previsões gradativamente diante de uma economia em ritmo menor que o esperado (a projeção oficial voltou a subir recentemente, para 0,86%).

No Ministério da Economia, membros avaliam que a pressão sobre Guedes decorre da falta de entendimento no governo e no Congresso sobre a situação do país. Técnicos precisam fazer repetidas apresentações para mostrar a realidade dos números, com despesas obrigatórias que consomem 94% do Orçamento.

Guedes conta com uma equipe alinhada, mas integrantes da pasta mencionam erros cometidos. O principal teria sido falar sobre a nova CPMF antes do fechamento da proposta. Na visão deles, isso acabou matando o plano da reforma tributária do governo antes do lançamento.

Além disso, alguns deles mencionam, mesmo com deferência a Guedes, que o ministro pondera a tomada de decisões e que isso costuma ser interpretado como demora para o avanço da agenda.

Mesmo assim, defendem que a pasta entregou diferentes ações. O envio da reforma da Previdência ao Congresso é considerada a principal, mas também são citados como exemplos a Lei da Liberdade Econômica e o acordo entre Mercosul e União Europeia.

**Triunvirato de conselheiros**



**ONYX LORENZONI**  
ministro da Casa Civil

O ex-deputado foi a principal voz no Planalto contrária à criação do imposto sobre pagamentos, a nova CPMF



**TARCÍSIO DE FREITAS**  
ministro da infraestrutura

É visto como um ministro que concluiu realizações importantes em concessões e dá opiniões em temas como as privatizações



**AUGUSTO HELENO**  
ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

Opina desde a política em relação à Venezuela até a agenda econômica



# Congresso apoia novo tributo sobre consumo e rejeita CPMF, diz pesquisa

Eduardo Cucolo

**SÃO PAULO** Uma reforma tributária que unifique todos os tributos indiretos federais, estaduais e municipais sobre bens e serviços tem o apoio de 68% dos parlamentares, de acordo com levantamento da consultoria Prospectiva. A oposição a essa proposta, muito próxima das discussões que ocorrem hoje na Câmara e no Senado, é de 26%. Os outros não sabem ou não responderam.

A substituição da tributação sobre a folha de pagamentos por um imposto sobre movimentações financeiras, como a antiga CPMF, por outro lado, é rejeitada por 60% e apoiada por 29% dos entrevistados.

Essa é uma hipótese defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, mas que já foi descartada pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL).

O fim de todos os tributos e sua troca pelo imposto único sobre movimentações financeiras tem menos resistências: 53% são contra e 38% a favor.

A tributação de dividendos, a criação de um imposto verde sobre carbono e de uma taxa para serviços digitais de grandes empresas de tecnologia são apoiadas por cerca de 50% dos parlamentares e têm rejeição em torno de 40%. Es-

tas propostas também aparecem como sugestões de parlamentares nas emendas aos textos que tramitam na Câmara e no Senado.

O levantamento faz um recorte sobre a posição de cada bancada, apenas na Câmara. O apoio ao novo tributo sobre o consumo é maior entre deputados que se dizem da "base condicionada" do governo (74%), o que inclui o chamado "centrão", e de oposição (68%) do que entre os da base aliada de fato (63%). Partidos do "centrão" são os responsáveis pela apresentação e relatoria da proposta da Câmara.

A substituição da tributação da folha pela CPMF tem apoio na base bolsonarista na Casa (47% a favor e 35% contra), mas não entre a "base condicionada" (44% a favor e 50% contra) e a oposição (27% a favor e 70% contra).

Na pesquisa, foram ouvidos 196 deputados federais e 21 senadores (37% dos parlamentares), sendo parte das consultas por telefone, com amostra proporcional ao tamanho das bancadas partidárias, de 3 a 13 de setembro. A margem de erro é de 5%, e o intervalo de confiança, de 95%.

Quando confrontados com detalhes selecionados das propostas em tramitação, uma parcela dos parlamentares entrou em contradição.

Questionados sobre quais tributos devem ser extintos, o apoio é maior à unificação somente do PIS, da Cofins e do IPI (66%). Embora os parlamentares consultados não tenham sido informados, essa opção só inclui tributos federais e é uma hipótese em análise no Ministério da Economia.

A consultoria atribuiu a contradição à falta de conhecimento dos parlamentares em relação às propostas. O apoio ao texto do Senado (PEC 110), destacadas informações de que haverá tam-

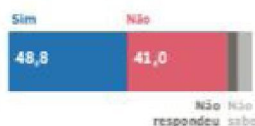
bém substituição de outros tributos, como ICMS (estadual) e ISS (municipal), e de que a alíquota será única para todo o país, cai para 51%. A rejeição sobe para 36%.

Em relação ao texto da Câmara (PEC 45), quando informados que ela também mexe no ICMS e no ISS, e destacada a informação de que haverá autonomia para estados e municípios determinarem sua parcela da alíquota total, a oposição à proposta (44%) supera numericamente o apoio (42%), mas é um empate na margem de erro.

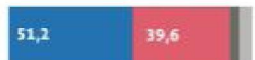
## Parlamentares apoiam imposto unificado sobre consumo e rejeitam nova CPMF

No que tange à reforma tributária, o (a) senhor (a) defende:

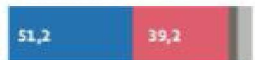
Criação de taxa específica para serviços digitais de grandes empresas de tecnologia



Criação de um imposto sobre dividendos



Criação de imposto verde/imposto sobre carbono



Substituir a tributação sobre a folha de pagamentos por um imposto sobre movimentações financeiras



Substituir todos os tributos pelo Imposto Único sobre movimentações financeiras



Unificação de todos os tributos indiretos federais, estaduais e municipais (IVA)



Fonte: Pesquisa da consultoria Prospectiva, realizada com 196 deputados federais e 21 senadores, de 3 a 13 de setembro. A margem de erro é de 5%, e o intervalo de confiança, de 95%.



# Tribuna

## Após ‘fogo amigo’, Paulo Guedes faz ofensiva por reformas

### O ESTADO DE S. PAULO

Após ser alvo de “fogo amigo” dentro do próprio governo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, lançou mão de mais uma cartada para tentar agilizar o avanço das reformas no Congresso. Em uma articulação com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), Guedes costura um acordo para enviar em bloco medidas que podem destravar a economia e, ao mesmo tempo, auxiliar no ajuste. A ofensiva tem sido chamada de “agenda da transformação”. O ministro precisará conciliar essa pauta com as medidas de curtíssimo prazo para fechar o Orçamento de 2020 e também com a diretriz do presidente Jair Bolsonaro – que vetou do dicionário de propostas do governo três termos: criação de nova CPMF, quebra da estabilidade para servidores em atividade e desobrigação de reajustar o salário mínimo pela inflação.

Bolsonaro já avisou à equipe econômica não querer que integrantes do governo voltem a esses assuntos publicamente, sobretudo o do salário mínimo, fonte do maior desconforto na ala política do governo. Com a pressão sobre Guedes, revela-

da pelo Estado, o presidente também buscou emitir sinais de que está alinhado com o ministro. O primeiro passo da agenda foi o acordo, alinhado na semana passada, para promulgar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que destrava o megaleilão de petróleo do pré-sal, programado para novembro. Com o acerto, o governo conseguirá usar os recursos da venda do petróleo excedente para fechar as contas deste ano.

A próxima etapa é passar no Congresso uma proposta que aciona mais rapidamente medidas de contenção (os chamados “gatilhos”) dos gastos previstos na Constituição, criando novos freios para as contas, como a proibição do reajuste a servidores. Um senador vai apresentar o texto, que será semelhante à proposta de redesenho das regras fiscais do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), incorporando modificações da área técnica do governo. A expectativa é que a iniciativa possa tramitar em até 35 dias no Senado e depois seja pensada à de Pedro Paulo na Câmara dos Deputados.

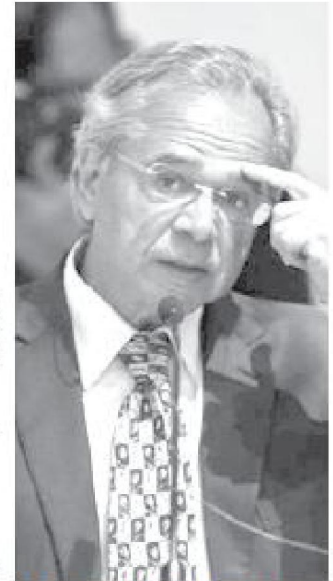
Em seguida, outro senador também vai encampar a ideia de Guedes de desvincular (retirar os “carimbos”),

desindexar (remover a necessidade de conceder automaticamente reajustes) e desobrigar o pagamento de despesas. Essa nova proposta tem recebido o apelido de PEC DDD. Também fazem parte da agenda a criação do Conselho Fiscal da República (uma espécie de “Copom das contas públicas”, órgão que definiria metas fiscais para União, Estados e municípios) e uma reforma administrativa, que vai enxugar o número de carreiras e reduzir o salário inicial dos funcionários públicos.

A Câmara dos Deputados ficará com a reforma tributária – coordenada com o Senado por meio de uma comissão mista –, a autonomia do Banco Central, a privatização da Eletrobrás e o novo marco legal do saneamento. Algumas dessas propostas já estão tramitando na Casa, e as que ainda não chegaram, como a reforma tributária, serão enviadas pelo rito normal, começando pela Câmara.

### COMUNICAÇÃO

Em outra frente, o Ministério da Economia está atacando a pressão por mais recursos dentro do próprio governo e destacou um grupo de técnicos para conversar pessoalmente com representantes das demais pastas. A estratégia de



**EM ARTICULAÇÃO**  
com a Câmara e o Senado, ministro da Economia Paulo Guedes costura acordo para enviar ‘bloco’ de medidas para destravar economia

comunicação interna é detalhar a situação difícil das finanças, conscientizar os outros ministérios e amenizar a insatisfação com a falta de dinheiro. O mesmo já foi feito em reunião com lideranças do Congresso. A equipe de Guedes considera a pressão política natural, por conta do momento de alta restrição fiscal, que levou o governo a enviar uma proposta orçamentária para 2020 com apenas R\$ 89,2 bilhões para as chamadas despesas discricionárias, que incluem investimentos e custeio da administração pública.



# Tribuna

## Arrecadação do petróleo vai dobrar com megaleilão

O GLOBO

**A** arrecadação de União, estados e municípios com o petróleo vai dobrar em cinco anos. Segundo cálculos da Agência Nacional do Petróleo (ANP) obtidos pelo GLOBO, a produção estimada em 1,2 milhão de barris diários das quatro áreas do pré-sal da Bacia de Santos, que serão ofertadas no megaleilão confirmado pelo Congresso para novembro, será capaz de abastecer os cofres públicos com R\$ 52,5 bilhões por ano a partir de 2024. A cifra é muito próxima de tudo o que foi arrecadado em royalties e participações especiais (PEs) por toda a indústria do petróleo no país em 2018: R\$ 55,2 bilhões.

Considerando o Imposto de Renda a ser pago pelas petroleiras, a arrecadação dos quatro campos sobe para cerca de R\$ 70 bilhões por ano.

— Esse volume estimado de arrecadação fiscal equivale praticamente a uma reforma da Previdência — compara o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, com os R\$ 876 bilhões que o governo pretende economizar em dez anos com as novas regras para a aposentadoria. — São estimativas, mas os números dão uma ideia do nível de grandeza a que vai chegar a arrecadação futura.

O Rio, cujo litoral abriga os campos do megaleilão, será o mais beneficiado. No modelo de partilha adotado no pré-sal, que cobra das petroleiras fatia mais alta de participações governamentais, quase 60% da parcela de royalties são divididos entre estados e cidades produtoras. Isso significa que a produção dos quatro campos será uma nova oportunidade para a recomposição das finanças do Estado do Rio e de cidades produtoras para fazer investimentos capazes de viabilizar o futuro sem o petróleo.

A condição de estado produtor também garantiu ao Rio fatia maior que a de outras unidades da federação nos R\$ 106,5 bilhões que devem ser arrecadados no leilão com bônus de assinatura, pelo direito de exploração. A União prometeu dividir 30% com todos os estados e municípios, e o Senado assegurou R\$ 2,5 bilhões para o Rio, a serem confirmados na Câmara.



### Consumidor mostra que agora se preocupa mais com preços

AGÊNCIA BRASIL

O estudo "Comportamento de Compra do Consumidor de Vestuário", divulgado esta semana, no Rio de Janeiro, pelo Instituto de Estudos e Marketing Industrial -lemi -, abordando o comportamento de compra de 1.250 consumidores de vestuário de todas as idades, regiões e poder de compra entrevistados no último mês de agosto, constatou que o preço é o principal fator de escolha, ao contrário do bom atendimento, que prevaleceu no estudo anterior, feito em 2017.

Segundo disse à Agência Brasil o diretor do instituto, Marcelo Prado, os resultados surpreenderam. Em 2017, no auge da crise econômica, eram consumidos produtos de maior valor agregado, mais elaborados, mais chamativos, que "só vendiam por encantamento. Agora, nós estamos vendo um retorno dos consumidores de menor renda ao mercado, que tinham desaparecido na crise, porque essa população mais vulnerável foi a mais afetada".

Agora, a procura é por um produto mais barato, mais focado em preço, mostra o novo estudo. O formato de venda se transformou, com destaque para produtos mais básicos do que inovadores.

### 'Antes sabia quem eram meus rivais. Agora, novos surgem a qualquer momento'

FERNANDO SCHELLER

A revolução digital chegou como um furacão em um mar acostumado com ventos tranquilos: o mercado financeiro brasileiro. Os grandes bancos, que sempre trabalharam com forte rentabilidade, estão sendo obrigados a se reinventar, de acordo com o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari. "Tivemos de nos moldar à nova concorrência. Mas aquilo que não me mata, me fortalece", afirma, em entrevista ao Estado

"Antigamente eu acordava de manhã e sabia que meus concorrentes eram Itaú, Santander, Banco do Brasil e Caixa. Eu mais ou menos sabia as armas que eles iam usar. Agora, novos competidores podem surgir a qualquer momento", diz Lazari, ilustrando as mudanças pelas quais o setor vem passando nos últimos quatro anos. "Antes, todo mundo cobrava tarifa. Mas como esses novos bancos não têm ainda de dar lucro, então eles não cobram. Ai eu também não posso cobrar."

A chegada dos bancos digitais e a forte queda nos juros deverão ter impacto na rentabilidade dos bancos brasileiros no médio e longo prazos, na visão de Lazari. "É muito provável

que, no futuro, os bancos não vão conseguir mais dar 20% de retorno sobre o patrimônio. A gente deve ir para patamares mais próximos dos EUA em rentabilidade."

Dentro da "revolução digital" do Bradesco, o movimento mais visível até agora foi a criação do banco digital Next. Mas, nesses tempos de adaptação a uma nova realidade do mercado, a estratégia do Next também teve de ser revista para fazer frente a rivais como o Nubank e o Inter.

O Next começou voltado aos millennials e cobrando tarifas, mas precisou abrir o leque de público e oferecer serviços gratuitos. Em breve, o banco passará a ter estrutura independente do Bradesco, tanto para alçar voz próprio quanto para se livrar das amarras regulatórias que o Banco Central (BC) aos grandes bancos e a suas controladas.

Em meio à transformação do mercado, o Bradesco aproveita o fato de ainda ser muito lucrativo — somente no primeiro semestre, os ganhos da instituição somaram R\$ 12,7 bilhões — para pavimentar o caminho em meio a uma concorrência muito mais acirrada.

### Fraudes na Previdência Social somam R\$ 5,5 bi em 16 anos

CORREIO BRASILENSE

Fraudes na Previdência Social nos últimos 16 anos lesaram mais de R\$ 5,5 bilhões dos cofres públicos. Embora os números sejam elevados, só este ano, até setembro, mais de R\$ 750 milhões foram economizados. O benefício social está na mira de quadrilhas especializadas e pessoas físicas que tentam se favorecer do extenso patrimônio controlado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Uma força-tarefa envolvendo Previdência Social, Polícia Federal e Ministério Público Federal está ativa desde 2003, investigando e inibindo quadrilhas que fraudam o INSS.

Os investigados são pessoas físicas, advogados, contadores, servidores e falsificadores de documentos, e segundo a Previdência, até o momento, 613 operações foram realizadas, com 2.502 prisões em flagrante.

Além disso, nos primeiros oito meses deste ano, foram cancelados definitivamente 254 mil benefícios com indícios de fraudes ou

irregularidades, chegando a uma economia de R\$ 4,4 bilhões anuais. O montante está a caminho de atingir o previsto pela Medida Antifraude, editada em janeiro, que prevê R\$ 10 bilhões somente este ano.

Ações preventivas têm sido feitas para evitar os desvios, mas não são suficientes. Entre servidores que facilitam a má fé das pessoas ao entregarem documentação nos postos de atendimento do INSS, o mais difícil de detectar são os registros de identificação falsos.

O chefe da Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária e Trabalhista (CGINT) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Marcelo Henrique de Ávila, explica que o problema está na fragilidade dos documentos que são facilmente fraudados. Para ele, a melhor saída seria ter um documento de identificação biométrico, correspondendo ao dispositivo da Lei 13.444/17, que dispõe sobre a Identificação Civil Nacional. Isso evitaria 80% do esforço da força-tarefa no que diz respeito a investigação de algum tipo de falsificação.





# Previdência Social tem déficit de R\$ 20,3 bi em agosto, informa Tesouro

Para o ano, o governo estima que o déficit total deverá atingir a marca de R\$ 318,7 bilhões

**Por Edna Simão e Lu Aiko Otta, Valor** — Brasília

27/09/2019 12h10 · Atualizado há 2 dias

O governo desembolsou R\$ 302 bilhões no acumulado em 12 meses até agosto para cobrir o déficit da Previdência dos trabalhadores da iniciativa privada, servidores públicos civis e militares. Os dados, divulgados nesta sexta-feira pelo Tesouro Nacional, estão corrigidos pelo IPCA.

Para o ano, o governo estima que o déficit total deverá atingir a marca de R\$ 318,7 bilhões, o equivalente a 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB).



— Foto: Marcos Santos/USP Imagens

- **Governo central registra déficit primário de R\$ 16,8 bilhões em agosto**

No acumulado do ano até agosto, o regime dos servidores públicos civis e militares contabilizaram um resultado negativo de R\$ 95,8 bilhões. Esse valor deve subir e fechar o ano em R\$ 100,7 bilhões. No caso do Regime Geral de Previdência Social, que atende aos trabalhadores da iniciativa privada, o rombo em 12 meses somou R\$ 206,2 bilhões e a expectativa é de que feche 2019 em R\$ 218 bilhões.

O gasto com Previdência Social é uma das principais despesas do governo. Por esse motivo, o governo encaminhou a reforma das regras para concessão de

# Erro de projeção de gastos é dilema para política fiscal

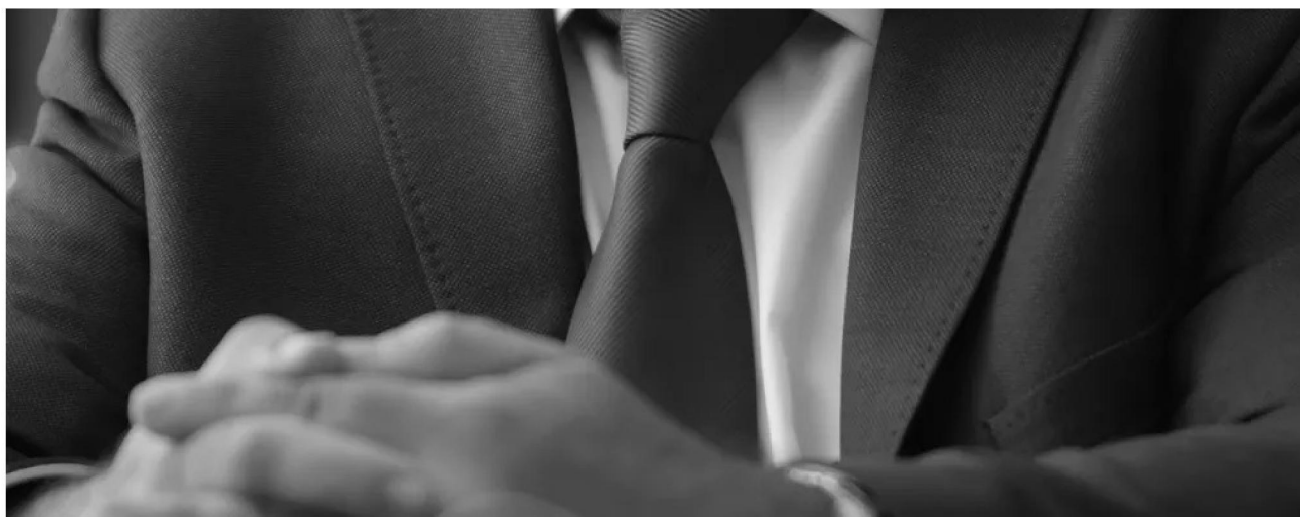
Gestores da Economia não têm conforto de trabalhar com números próprios, mesmo quando enxergam que a projeção de determinada área está superestimada

**Por Fabio Graner** — De Brasília

30/09/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas







Mansueto Almeida: empoçamento de recursos deve ajudar a reduzir déficit primário do governo central neste ano — Foto: Silvia Zamboni/Valor

O erro gritante de projeção de gasto com pessoal evidencia um problema mais amplo para a política fiscal. A equipe econômica tem dificuldades de gerenciar os cada vez mais escassos recursos porque depende das estimativas e pedidos das diferentes áreas do governo, que frequentemente colocam uma “gordura” para terem margem de manobra. E os gestores da Economia não têm conforto de trabalhar com números próprios, mesmo quando enxergam que a projeção de determinada área está superestimada.

“Se eu errar para menos na estimativa de um gasto obrigatório e faltar dinheiro, por exemplo, terei um problema grave”, comenta uma fonte da área econômica. Embora o diagnóstico já tenha sido feito, ainda não há uma

proposta de procedimento que diminua essas gorduras e erros nas estimativas das áreas finalísticas.

O problema vem se tornando mais premente diante da escassez de recursos, dado a fragilidade econômica e os limites impostos por teto de gastos e metas fiscais. Com o “cobertor curto”, uma gestão mais eficiente, evitando deixar recursos parados, é mais urgente.

O tema também está no radar e vem sendo acompanhado pela área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU). Neste ano, o órgão publicou acórdão em que recomenda “aos ministérios da Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública e da Defesa que acompanhem o cronograma mensal de pagamento das despesas primárias discricionárias das suas respectivas unidades gestoras e adotem os ajustes necessários à programação financeira estabelecida junto à Secretaria do Tesouro, de modo a assegurar a execução eficiente da despesa pública”.

Na prática é um recado para que os órgãos setoriais trabalhem melhor os requerimentos de recursos para a equipe econômica, pedindo valores mais próximos do que efetivamente têm condições de executar, evitando o “empoçamento”.

No último dia 20, o Ministério da Economia divulgou o relatório bimestral de receitas e despesas, no qual ficou constatado um erro de quase R\$ 6 bilhões na estimativa de gastos com pessoal. A divulgação do número corrigido e a melhora na estimativa de receitas abriram espaço para liberação de orçamento em outras áreas.

Além disso, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, disse esperar que o resultado primário no fim do ano fique entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões melhor que a meta de R\$ 139 bilhões de déficit do governo central. Ele atribuiu esse quadro, em grande medida, ao empoçamento de recursos nos ministérios, principalmente por conta da rigidez orçamentária e da dificuldade em executar algumas despesas. Ele argumentou que, por restrição legal e dos órgãos de controle, não pode liberar limite em outras áreas sem que a estimativa de gastos em outras seja reduzida.

Uma fonte da área econômica explica que, mesmo enxergando exageros ou erros em estimativas, é difícil para o ministério desconsiderar os dados das áreas setoriais e trabalhar com números próprios, liberando dinheiro para outras áreas. “Não há risco para o gestor se o erro de previsão é para cima, mas, se houver uma estimativa menor do que a necessidade, ele pode ser punido”, disse a fonte. “Imagina se faltar dinheiro para pagar Previdência ou salário



porque o Ministério da Economia resolveu trabalhar com um número próprio e errar a estimativa?”

No caso de despesas discricionárias, o problema gera menos risco de punições em caso de subestimativa, ainda assim o procedimento comum dos órgãos setoriais é pedir mais recursos por questões administrativas, evitando riscos de paralisia de projetos.

Outra fonte do governo explica que a área econômica e o TCU estão discutindo para ver de que forma se poderia proceder para abrir e utilizar limites financeiros de despesas em outras áreas a partir da constatação de que a execução de determinadas despesas obrigatórias ficará abaixo do previsto.

O TCU não está fechado a esse debate, segundo outra fonte. Esse interlocutor reconhece a tendência prudencial das áreas de pedirem mais do que podem executar e, por isso, a corte tem buscado conversar com as áreas para que as estimativas reflitam melhor o cenário. “Tem que haver bom senso para avaliar o cenário”, comentou.

# Governo central registra déficit primário de R\$ 16,8 bilhões em agosto

Resultado foi o melhor para o mês desde 2017

Por **Edna Simão e Lu Aiko Otta, Valor** — Brasília

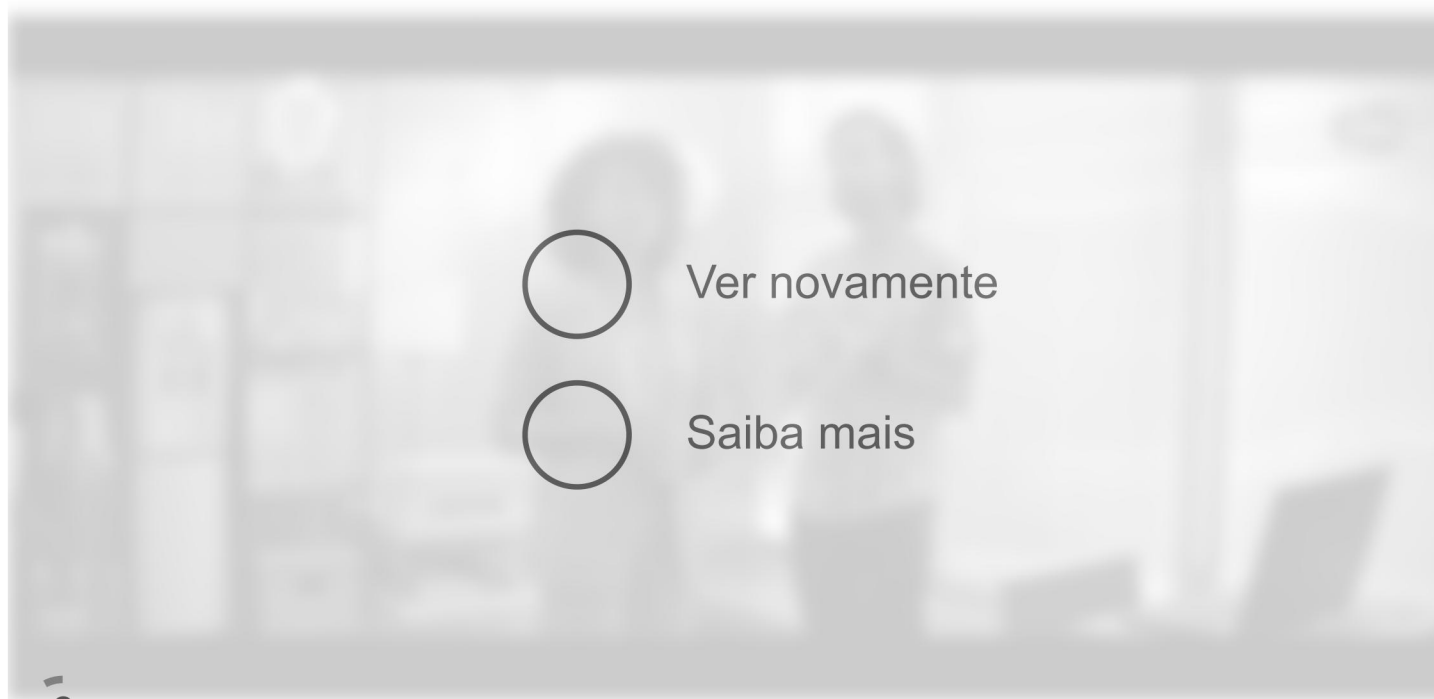
27/09/2019 10h45 · Atualizado há 2 dias

O governo central — que reúne as contas de Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central — registrou déficit primário de R\$ 16,852 bilhões em agosto, o melhor resultado para o mês desde 2017, conforme dados do Tesouro Nacional divulgados nesta sexta-feira. No mesmo mês de 2018, as contas haviam ficado negativas em R\$ 19,657 bilhões.

O resultado de agosto reflete superávit de R\$ 3,911 bilhões do Tesouro Nacional, déficit de R\$ 136 milhões no Banco

## Central e resultado negativo de R\$ 20,627 bilhões na Previdência Social .

PUBLICIDADE



6

inRead invented by Teads

- **Déficit menor é bom, mas ainda assim não dá para comemorar, diz Mansueto**

No acumulado do ano, o governo central registrou déficit de R\$ 52,124 bilhões. Já em 12 meses, o déficit primário ficou em R\$ 115,2 bilhões — o que representa 1,61% do Produto Interno Bruto (PIB). A meta fiscal deste ano prevê um rombo de R\$ 139 bilhões.

Ainda em agosto, a receita líquida total do governo central teve queda real de 1,6% em relação a um ano antes, somando R\$ 94,194 bilhões. Enquanto isso, as despesas totais diminuíram 4,3% na mesma comparação, se situando em R\$ 111,045 bilhões.

Levando em conta o período de janeiro a agosto de 2019, a receita líquida total ficou praticamente estável, somando R\$ 833,020 bilhões. Já a despesa total teve uma queda real de 1,3% no acumulado do ano, totalizando R\$ 885,144 bilhões.

## **Investimentos e receitas com dividendos**

O governo federal investiu R\$ 2,753 bilhões em agosto e R\$ 24,204 bilhões no acumulado do ano, o que representa recuo de 14,8% perante o mesmo período de um ano antes.

O Tesouro mostrou também que o governo federal obteve receitas de R\$ 751 milhões em dividendos de empresas estatais em agosto, o que contribuiu para o resultado das contas do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central). Um ano antes, foram pagos R\$ 612,5 milhões em dividendos pelas estatais.



O maior pagador em agosto foi Banco do Brasil (BB), com R\$ 648,5 milhões, seguido por BNB, com R\$ 102,2 milhões.

No acumulado do ano, o governo já obteve R\$ 7,454 bilhões em dividendos e participações.

## Teto

As despesas do governo no ano já consumiram 61,73% do teto de gastos. Os pagamentos somaram R\$ 868,550 bilhões, enquanto o limite para 2019 é de R\$ 1,407 trilhão. Até agosto, as despesas do governo federal chegaram a R\$ 868 bilhões, equivalente a 62% do teto de despesas fixado para o ano.

“As estimativas de receita constroem a despesa pública”, disse o subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais do Tesouro Nacional, Pedro Jucá Maciel. Por causa do objetivo de fechar 2019 com um déficit de R\$ 139 bilhões, o governo precisou contingenciar despesas.

Senado Federal, Justiça Militar e Ministério Público da União estão entre os órgãos cujas despesas cresceram acima do

teto. Esse dado, porém, se refere ao período de janeiro a agosto, e a avaliação é feita ao fim do ano.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

---

### LINK PATROCINADO

Bebê Reborn boneca Realista com lindo Enxoval de brinde

SOB ENCOMENDA - ELO7.COM.BR

### LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

### LINK PATROCINADO

Comidinha - Salmão, arroz integral, lentilha, mandioquinha e espinafre

R\$ 19,90 - GOURMETZINHOCOMIDINHAS.COM.BR

### LINK PATROCINADO

Boneca Bebe Reborn Loira Laura 53 cm com Canguru Sapatinhos e 13 Itens

R\$ 307,99 - AMERICANAS.COM.BR

### LINK PATROCINADO

VESTIDO MG RENDA BORDADA

R\$ 1.568 - FILLITY.COM.BR

### LINK PATROCINADO

Cappuccino Gourmet 200g, Único

R\$ 8,50 - SENHORCAFE.COM.BR

# Secretário diz ser contra mudança em teto de gastos

Para Carlos da Costa, o aumento de gastos pode levar o governo a voltar a tomadas medidas equivocadas do passado

**Por Marta Watanabe, Valor** — São Paulo

30/09/2019 11h09 · Atualizado há 4 minutos

O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa, disse nesta segunda-feira ser contra a mudança no teto de gastos, debate que tem ganhado corpo no noticiário econômico. “Somos contrários à modificação do teto de gastos”, disse durante palestra no 5º Congresso Brasileiro da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), em São Paulo.





— Foto: Sergio Amaral/Valor

“O teto é o piso do setor privado. Nosso problema são as despesas obrigatórias”, disse ele, segundo quem esses gastos atingirão 100% do orçamento público em 2026 se não forem contidos por alguma mudança constitucional. Atualmente, ele ressalta, só cerca de 5% do orçamento está sob gestão do governo.

PUBLICIDADE

“A despesa obrigatória cresce e se aproxima do teto. Queremos explicitar o problema”, diz o secretário. “Estamos com trabalho grande do novo pacto federativo que devolve ao congresso a responsabilidade pela locação orçamentária.”

O aumento de gastos pode levar o governo a voltar a tomadas medidas equivocadas do passado, segundo o secretário.

“O desafio atual é estarmos em contato próximo do Congresso para reverter essa situação herdada do passado e o Congresso tem estado do nosso lado”, diz Da Costa. Uma vez resolvidos os problemas macroeconômicos, temos uma agenda implementada de produtividade e competitividade.



# Sem CPMF, governo discutirá desoneração da folha no Congresso

Governo pretende encaminhar nesta semana ao Congresso Nacional sua proposta de reforma tributária

**Por Edna Simão e Lu Aiko Otta, Valor** — Brasília

30/09/2019 10h00 · Atualizado há uma hora

O governo pretende encaminhar nesta semana ao Congresso Nacional sua proposta de reforma tributária. Deverá ficar restrita à criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) no nível federal, para acoplar-se ao IVA de Estados e municípios já em discussão na Câmara e no Senado. Mesmo com propostas já em andamento no Congresso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, não abriu mão de marcar uma posição própria do Executivo federal e fixar um ponto de partida para as discussões.

Outro pilar da proposta do governo, a desoneração da folha, foi “baleado” pela decisão do presidente Jair Bolsonaro de sustar a criação de uma nova CPMF. No entanto, a retirada das contribuições que incidem sobre a folha salarial deve ser discutida na comissão mista criada para harmonizar as propostas federal, da Câmara e do Senado, apurou o **Valor**. Alternativas que permitam desonerar a folha serão buscadas pelo Executivo, em conjunto com deputados e senadores.

## PUBLICIDADE



**10X PODER OXI<sup>1</sup>**

ELIMINA MANCHAS\*  
ELIMINA ODORES\*  
REALÇA AS CORES\*

**Vanish**  
**OxiAction**

900g  
**MULTI POWER**  
TIRA MANCHAS SEGURO PARA ROUPAS COLORIDAS

**TIRA MANCHAS  
ELIMINA ODORES  
REALÇA AS CORES**

**DESCUBRA MAIS**

MANCHAS DE CAFÉ, CHOCOLATE E VINHO EM TECIDOS 100% ALGODÃO  
ODORES COMO CHULÉ, SUOR CORPORAL E ALIMENTOS DEGRADADOS EM TECIDOS DE ALGODÃO E ALGODÃO/POLIÉSTER EM CONDIÇÕES DE MOLHO SEGUIDO DE LAVAGEM NA MÁQUILA  
TECIDOS COLORIDOS DE ALGODÃO PREVIAMENTE DANIFICADOS POR ATRITO E/OU SUJIDADE INCRUSTADA EM CONDIÇÕES TESTADAS

inRead invented by Teads

A rigor, o tema já está em discussão no Congresso. Autor da proposta que tramita no Senado, o ex-deputado Luiz Carlos

Haully (PSDB-PR) vem há semanas elaborando alternativas com o relator, o senador Roberto Rocha (PSDB-MA).



— Foto: Daniel Marenco/Agência O Globo

Guedes e sua equipe querem insistir na desoneração como forma de elevar o emprego formal. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 41% dos trabalhadores brasileiros estão na informalidade. A formalização, avalia-se no Ministério da Economia, contribui para o aumento da produtividade no trabalho, que no Brasil é muito baixa.

A ideia em análise no Congresso é fazer uma desoneração universal. Mas, se a discussão evoluir para uma concentração do benefício, a visão da equipe econômica é de que há dois grupos cujo atendimento é prioritário: os jovens e as pessoas que estão desempregadas há mais de dois anos.

Esses dois grupos são o foco de atenção do “choque de emprego”, cuja formulação o ministro da Economia, Paulo Guedes, já informou, sem dar mais detalhes. Segundo apurou o **Valor**, o programa deverá ser anunciado até o final de outubro.

Ainda em formatação, o conjunto de medidas dará atenção exatamente aos trabalhadores jovens que buscam uma primeira oportunidade. A taxa de desemprego no Brasil é de 11,8%, mas na faixa da população de 16 a 24 anos o desemprego chega a 28%. Os desempregados há mais de dois anos são quase 8 milhões de pessoas no Brasil. Na visão do Ministério da Economia, são vitimados pela falta de qualificação.



A desoneração da folha será discutida com o relator da reforma tributária na comissão mista, o deputado Aguinaldo Ribeiro.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

---

### LINK PATROCINADO

Caderno Assinaturas Maternidade/Bebê - Diversas cores

SOB ENCOMENDA - ELO7.COM.BR

### LINK PATROCINADO

Comidinha - Salmão, arroz integral, lentilha, mandioquinha e espinafre

R\$ 19,90 - GOURMETZINHOCOMIDINHAS.COM.BR

### LINK PATROCINADO

Tupperware Eco Tupper 310ml Rosa Bebê

R\$ 24,97 - MUNDOTUPPERWARE.COM.BR

### LINK PATROCINADO

Boneca Bebe Reborn Loira Laura 53 cm com Canguru Sapatinhos e 13 Itens

R\$ 307,99 - AMERICANAS.COM.BR

### LINK PATROCINADO

VESTIDO GGT CACHECOUVER

R\$ 1.996 - FILLITY.COM.BR

### LINK PATROCINADO

Mochilete Barbie Aventura Rosa Sestini

R\$ 149,99 - LEPOSTICHE.COM.BR

Veículo: O Globo	Online
Data: 30/09/2019	Coluna: Economia



## Nem CLT nem funcionário



Como quase tudo neste ambiente polarizado em que vivemos, a questão do regime de trabalho dos professores das universidades está sendo discutida como tendo duas únicas possibilidades: ou somos a favor das universidades públicas, e defendemos o atual regime de funcionalismo público para professores e funcionários, ou somos contra, e queremos transformar todas as universidades em empresas comerciais, cobrando matrículas e vendendo serviços.

Na verdade, não tem que ser assim. O atual regime das universidades federais — em que todos os professores são funcionários do Ministério da Educação, e não das universidades, têm a mesma carreira em todo o país e estabilidade desde o dia em que passam no primeiro concurso — é totalmente inadequado, inclusive porque vai contra o princípio da autonomia universitária, que supõe que elas devam administrar com independência seus recursos humanos.

O simples regime CLT — em que os contratos são precários, e o professor pode ser demitido a qualquer momento com ou sem justa causa, e que predomina na maioria das instituições de ensino privadas no Brasil, sobretudo as de fins de lucro — também não é adequado para instituições cujo principal acervo é a reputação, competência e o envolvimento de seus professores. Existe alguma alternativa?

Claro que sim. Nos países que têm universidades de qualidade, as contratações não são feitas por concursos formais e burocráticos, em que a universidade delega a um grupo de professores a decisão de quem vai ser admitido para o resto da vida, e sim por processos de busca com a participação de professores, dirigentes, alunos e avaliadores externos, em que os candidatos passam por entrevistas e busca-se um consenso sobre se eles são os melhores para as funções que precisam ser preenchidas.

Ao contrário do que ocorre hoje nas universidades federais, os professores podem ser admitidos em diferentes níveis, e não somente em níveis iniciais, e os salários são negociados caso a caso, dependendo da qualificação dos candidatos, do mercado de trabalho do setor e das prioridades da instituição. Além do salário, a negociação pode incluir outros elementos como recursos para pesquisa, equipamentos e auxílio-moradia. Alguns anos depois de contratados, os professores passam por uma ou mais avaliações aprofundadas, e podem adquirir contratos de mais longo prazo, estabilidade ou terem os contratos encerrados. Este processo se dá tanto em universidades públicas quanto privadas, que têm carreiras próprias que estabelecem com clareza as condições em que os contratos de trabalho podem ser revistos, e em que condições podem ser terminados. Além de professores pesquisadores de carreira em tempo integral, que tendem a ser poucos, as universidades também têm professores e instrutores temporários em tempo completo ou parcial, com contratos de duração variável. Técnicos e funcionários administrativos podem ter carreiras próprias, e são normalmente contratados pelas regras do setor privado.

É claro que este sistema de contratação é incompatível com a rigidez do serviço público. Para ter um sistema de pessoal moderno e funcional, as universidades precisam ter um estatuto

legal próprio —no passado era o de fundações, que viraram autarquias, agora fala-se no modelo das organizações sociais, e se pode pensar em um outro modelo. O que dá o caráter público ou privado a uma instituição universitária não é o regime de trabalho de seus professores e funcionários, e sim se ela de fato desempenha funções públicas, recebe recursos públicos para cumprir suas missões e tem regras de governo, administração e avaliação que garantem que estas funções não sejam desvirtuadas.

Um dia, quem sabe, chegaremos lá.